

Vendas à vista e com cartão podem ter preços diferentes

Possibilidade foi criada pelo Senado ao emendar medida provisória que reduz impostos de motos, aumenta tributação de cigarros e institui benefícios fiscais para construtoras de imóveis do Minha Casa, Minha Vida

O Plenário do Senado aprovou ontem uma medida provisória (MP) e várias indicações de autoridades, entre elas a de diplomatas para embaixadas brasileiras e de integrantes dos conselhos nacionais do Ministério Público e da Justiça.

Ao examinar o projeto de lei de conversão relativo à MP que concede benefícios fiscais para as construtoras de imóveis do programa Minha Casa, Minha Vida, os senadores acrescentaram permissão para o comércio cobrar preços diferenciados entre as vendas à vista e no cartão de crédito. **4 e 5**



No Plenário, o desbloqueio das votações foi precedido de debate sobre a CPI da Petrobras, em que se defrontaram Arthur Virgílio e Romero Jucá

Sarney promete ajudar a superar impasse em CPI

Ao responder a questionamento de líderes opositores, presidente do Senado anuncia propósito de buscar solução para CPI da Petrobras. Alvaro Dias afirma que oposição recorrerá ao STF caso não haja entendimento até o início da ordem do dia de hoje. **3**

MESA ESTUDA NORMA PARA ESCRITÓRIOS DE SENADORES

A Mesa do Senado estuda a regulamentação do funcionamento dos escritórios dos parlamentares nos estados, segundo informou o 1º secretário, Heráclito Fortes. O senador anunciou medidas administrativas depois de reunião da Mesa. **5**



Sob a presidência de Sarney, a Mesa decidiu anular ato não publicado que aumentava gratificação de 40 servidores

Projeto dá isenção de IR a aposentado diabético

Proposta aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos beneficia também pessoas com fibrose cística. **7**



Aécio (E), Sarney, Fernando Henrique e Rubens Ricupero: homenagem ao Plano Real

Congresso comemora 15 anos da estabilização econômica

Os 15 anos de estabilidade econômica, iniciada com o Plano Real em 1994, foram comemorados ontem pelo Congresso. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, um dos presentes à sessão solene, salientou que o real é fru-

to da democracia, porque envolveu toda a sociedade e o Congresso. O líder do PSDB, Arthur Virgílio, autor do requerimento de homenagem, disse que a base construída em 1994 permitiu ao país enfrentar a crise de hoje. **8**

Rigor contra jogo de azar e pornografia infantil

Comissão aprovou proposta proibindo venda de jogos de azar e pornografia infantil, via internet, com uso de cartão de crédito. **2**

Projeto aprovado na Comissão de Meio Ambiente proíbe operadoras de autorizar operações de débito e crédito relativas a jogo e pornografia infantil

Restrição para a compra de material pornográfico



Magno Malta é autor do projeto, que vai agora ao exame da CAE

A COMISSÃO DE Meio Ambiente (CMA) aprovou proposta proibindo a autorização, por operadoras de cartões de pagamento, de operações de débito e crédito relacionadas com jogos de azar e pornografia infantil através da internet. A matéria segue para exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Pelo PLS 121/08, de autoria do senador Magno Malta (PR-ES), os cartões de pagamento não poderão autorizar operações relativas a jogos ilícitos e à aquisição ou aluguel de filmes, textos, fotografias e outros materiais pornográficos envolvendo a participação de menores

de 18 anos.

Em seu parecer favorável, o senador César Borges (PR-BA) destacou que a melhor forma de proibir jogos de azar e pornografia pela internet é dificultar os pagamentos por meio de cartões de crédito.

Se as empresas de cartão de crédito são capazes de bloquear determinadas operações quando é de seu interesse, ponderou o relator, caberá a elas o ônus de fiscalizar operações proibidas. Caso não cumpram as proibições, disse, as empresas devem ser penalizadas pelas regras previstas no Código de Defesa do Consumidor.

CPI faz convocação "coercitiva" de ex-prefeito de Coari

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia aprovou uma série de requerimentos para aprofundar as investigações acerca da Operação Vorax, da Polícia Federal, que desbaratou uma rede de pedofilia no Amazonas envolvendo autoridades. Na semana passada, os parlamentares tomaram o depoimento de alguns investigados, mas o principal suspeito, o ex-prefeito de Coari Adail Pinheiro, não compareceu mesmo tendo sido convocado.

A sua reconvocação coercitiva, com escolta da Polícia Federal, assim como a de seu ex-secretário de governo Adriano Salan e a de Carlos Alexandre Corrêa, ex-sócio da agência Mega Models, utilizada para recrutar as adolescentes, foi aprovada.

Também convocados, mas não coercitivamente, estão o outro sócio da Mega Models, Fábio Martins, que já prestou depoimento em Manaus, e o empresário Otávio Raman Neves, que apesar de ter tido requerimento de convocação aprovado, não foi oficialmente notificado a tempo de ser ouvido naquela cidade.

Foram convocados ainda o delegado da Polícia Civil de Coari e vereador Osvaldo Figueira Maia; o juiz do Trabalho Antônio Carlos Branquinho, que está preso; o radialista de Coari Valcione Tavares, que teria feito declarações ofensivas à CPI e a seus integrantes em seu programa de rádio; e a ex-secretária de Ação Social do município Maria Landi, que segundo o presidente da CPI, senador Magno Malta (PR-ES), era "a cafetina e quem levava as meninas para fazerem aborto" na clínica clandestina também descoberta.

Todos os convocados devem ser ouvidos na próxima terça-feira, informou o parlamentar. Magno Malta relatou ter recebido ameaças, ligações e visitas desaconselhando-o a ir a Coari para tomar os depoimentos.



Ideli Salvatti preside reunião da Comissão Mista de Mudanças Climáticas

Comissão sugere que a Copa de 2014 incentive sustentabilidade

A presidente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas (CMMC), Ideli Salvatti (PT-SC), apresentou ontem a ideia de a Copa do Mundo de 2014 ter como símbolo a sustentabilidade e o respeito ao meio ambiente.

A senadora afirmou que a proposta já foi apresentada ao presidente Lula e ao presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira. Os deputados e senadores presentes apoiaram a iniciativa.

Ideli disse que a Copa do Mundo de 2010, a ser realizada na África do Sul, já está sendo chamada de Copa Negra, Copa da África ou ainda Copa contra o Racismo. Assim, a Copa de 2014, a ser disputada no Brasil, poderia ficar conhecida como

a Copa Limpa ou a Copa da Sustentabilidade, aproveitando esse tema de extrema importância.

Conferências

Os parlamentares também decidiram que o colegiado acompanhará a organização da 2ª Conferência Internacional sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas, que ocorrerá em Fortaleza entre 16 e 20 de agosto de 2010.

Concordaram ainda que a comissão enviará representantes para a 15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em Copenhague (Dinamarca), entre 7 e 18 de dezembro deste ano.

Subcomissão deve fiscalizar obras relacionadas à competição

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) terá uma subcomissão permanente de acompanhamento da Copa do Mundo de 2014. A proposta do presidente do colegiado, Renato Casagrande (PSB-ES), é fiscalizar, acompanhar e controlar as obras financiadas com dinheiro público. A subcomissão terá sete membros titulares e sete suplentes.

Casagrande, em requerimento aprovado, pede informações ao Banco Central e ao Ministério

da Justiça sobre a legalidade da cobrança pelos cartões de crédito de tarifas para a transferência de pontos obtidos em programas de fidelização.

A CMA também aprovou a realização de debates, a pedido de Gilberto Goellner (DEM-MT), sobre projeto que regulamenta a produção de clones animais e para ouvir o Tribunal de Contas da União sobre auditoria no financiamento de 26 organizações não governamentais.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Pauta permanece trancada por MPs

A sessão deliberativa tem início às 14h. A pauta está trancada por duas medidas provisórias que abrem crédito

extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional e de diversos órgãos do Poder Executivo.

Agenda do presidente do Senado

O presidente do Senado Federal, José Sarney, dirige às

16h a ordem do dia da sessão plenária.

Comissão analisa relatório da LDO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) se reúne às 14h30 para, entre outros itens, analisar e votar o relatório ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010 (LDO), apreciar requerimentos de audiência pública para discutir o orçamento do programa Minha Casa, Minha Vida e os impactos de auditorias do Tribunal de Contas da União sobre o custo Brasil, e votar pedidos de crédito especial.

CCJ examina a indicação de novo procurador-geral

A mensagem presidencial que indica Roberto Monteiro Gurgel Santos para procurador-geral da República, na vaga decorrente do término do mandato de Antonio Fernando de Souza, será examinada, a partir das 10h, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Em seguida, o colegiado analisará extensa pauta de projetos.

Escolha do banco para receber salário

Projeto que objetiva dar aos empregados o direito de escolher a instituição financeira e a agência em que os empregadores depositarão sua remuneração mensal está entre as propostas em pauta na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que se reúne a partir das 11h.

Seminário sobre os cem anos do Dnocs

Requerimento de audiência pública, na forma de seminário, para discutir sobre a atuação do Departamento Nacional de Obras contra as Secas no Semiárido Nordeste (Dnocs), que completa cem anos, será analisado na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), às 9h30. O seminário deverá ter duas mesas de debate, a primeira com o tema "Papel do Dnocs no Semiárido Nordeste", e a segunda denominada "Perímetros Públicos de Irrigação: Necessidades e Potencialidades".

Audiência debate exame de ordem

Às 10h, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realiza audiência pública para instruir o projeto que acaba com o exame necessário à inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Foram convidados o coordenador-geral de Supervisão da Secretaria da Educação Superior do MEC, Frederico Normanha; o presidente do Movimento Nacional dos Bacharéis de Direito do Maranhão, Carlos Nina; e o vice-presidente da Comissão Nacional de Exame de Ordem do Conselho Federal da OAB, Dilson José de Oliveira Lima.

Desenvolvimento da Amazônia e inovação

A Subcomissão Permanente da Amazônia, em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), discute, a partir das 8h30, em audiência pública, a adoção de modernos sistemas de ciência, tecnologia e inovação como instrumentos para um novo modelo regional de desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal. Seis especialistas foram convidados para participar do debate, entre eles o representante do Conselho da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB) Lauro Morhy e a diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ima Célia Guimarães Vieira.

CDH debate criação de novo colegiado

Audiência pública na Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), às 9h, tem o objetivo de instruir a sugestão feita pelo Instituto Todos a Bordo de uma legislação para criação de uma comissão de indenização aos descendentes de negros africanos escravizados no Brasil. Entre os convidados para a audiência, está o subsecretário de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Martus Antonio Alves das Chagas.



José Cruz

Paim: mínimo de R\$ 2 mil é o ideal

Paulo Paim (PT-RS) registrou em discurso que o salário mínimo, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, teve um aumento real de 46%. O senador citou projeção do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) segundo a qual o valor ideal do mínimo seria hoje de R\$ 2.045,06. Paim assinalou que o salário mínimo, hoje em R\$ 465, deverá chegar a R\$ 570 em 2010.

– Precisamos avançar mais, por isso a política permanente de reajuste do salário mínimo é fundamental. Oxalá a Câmara dos Deputados aprove o fim do fator previdenciário e a política de reajuste que vai assegurar aos aposentados o mesmo percentual do salário mínimo – disse Paulo Paim.

Adelmir Santana solicitou sessão em memória do maestro

Senado homenageia Silvio Barbato

O Senado realiza amanhã, às 10h, sessão especial para homenagear o maestro Silvio Barbato, que estava no voo 447 da Air France desaparecido sobre o Atlântico no dia 31 de maio. Entre outras atividades, o maestro foi regente da Orquestra Sinfônica do Theatro Municipal do Rio de Janeiro e diretor artístico do Teatro Nacional Cláudio Santoro, em Brasília. A sessão foi solicitada pelo senador Adelmir Santana (DEM-DF), para quem “o maestro deixou um inestimável legado ao povo brasileiro e, particularmente, à população de Brasília”.

Valadares propõe mudança no FPM

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu ontem alterações na forma de repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), com a criação de um fator de correção para que o rateio “não estimule a desigualdade”. Ele citou estudo elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) que aponta para a necessidade de “mais justiça nessa distribuição”. Valadares disse que hoje não é levado em conta no repasse o baixo índice de desenvolvimento humano (IDH).



Gerardo Magela

Fátima Cleide culpa o governador Ivo Cassol pelo quadro de violência



Gerardo Magela

Expedito rebate acusações de Fátima Cleide contra governador

Fátima: crime está sem controle em RO

Fátima Cleide (PT-RO) creditou ontem ao governador Ivo Cassol o quadro de violência que atinge Rondônia. Para a senadora, faltam investimentos e uma política de segurança pública que garanta “alguma tranquilidade” à população do estado. Segundo ela, “todos os municípios de Rondônia” reclamam da onda de assaltos, latrocínios, assassinatos, estupros, prostituição infantil-juvenil, entre outros crimes. Fátima Cleide também prestou solidariedade aos sem terra pelo assassinato de cinco trabalhadores, segunda-feira, em Pernambuco.

Expedito Júnior defende Ivo Cassol

Expedito Júnior (PR-RO) contestou ontem as críticas da senadora Fátima Cleide ao governador Ivo Cassol, que, para ela, teria responsabilidade no quadro de violência no estado. O senador explicou que o distrito de Bom Futuro, em Ariquemes, citado como exemplo pela senadora, está localizado dentro de uma reserva federal. De acordo com ele, há sete anos, Cassol vem tentando construir postos de saúde, postos da PM e estradas vicinais, mas uma ação do Ministério Público não permite que o governo estadual faça obras dentro da reserva.

José Nery cita denúncia contra Dantas

Ao registrar que o Ministério Público Federal em São Paulo denunciou à 6ª Vara Federal Criminal o banqueiro Daniel Dantas, controlador do Grupo Opportunity, o senador José Nery (PSOL-PA) destacou que a análise dos documentos apreendidos pela Operação Satiagraha desvendou uma ligação do acusado com o empresário Marcos Valério de Souza, apontado como operador do “mensalão”.

– Não existe esquema de corrupção que não possua uma via de mão dupla – afirmou.

Presidente do Senado responde a questionamentos do PSDB e do DEM, que cobram instalação de comissão a fim de investigar supostas irregularidades na Petrobras

Sarney diz que ajudará a solucionar impasse em CPI

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, anunciou que usará da autoridade de seu cargo para ajudar a solucionar o impasse entre a oposição e os governistas que vem impedindo o funcionamento da CPI da Petrobras. Sarney respondeu a propostas apresentadas por parlamentares do PSDB e do DEM que solicitavam dele providências para garantir o que consideram o direito da minoria de fiscalizar os atos do governo da maioria.

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que, caso não haja uma solução negociada até o início da ordem do dia de hoje, a oposição estará preparada para entrar com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal, que já garantiu o funcionamento da CPI dos Bingos.

O senador já havia apresentado à Mesa um requerimento pedindo que o presidente do



Gerardo Magela

Entre Mão Santa e a secretária-geral Claudia Lyra, Sarney preside sessão

Senado substitua todos os integrantes da CPI da Petrobras que não compareceram às reuniões marcadas. Ele argumenta que, como a comissão não foi instalada, não tendo eleito seu presidente, nem vice-presidente, caberia ao presidente do Senado designar os substitutos para os faltosos, a fim de possibilitar o funcionamento do colegiado.

Alvaro ressaltou que a instituição da CPI é um direito da minoria que não pode ser anulado pela maioria. Ele observou que o Supremo, quando do julgamento do mandado de segurança que garantiu o funcionamento da CPI dos Bingos, assegurou tratar-se da preservação de direitos políticos básicos de uma república democrática.

Líderes debatem condições para instalação

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), anunciou ontem em Plenário que abria mão da relatoria da CPI das ONGs e dissolvia a CPI do Dnit, condições postas pela base governista para pactuar um entendimento que permita a instalação da CPI da Petrobras. Os líderes dos principais partidos de sustentação do governo no Senado, PT e PMDB, informaram que vão reunir-se com suas bancadas para discutir a proposta do PSDB.

O requerimento de Alvaro Dias pedindo a substituição dos integrantes da CPI da Petrobras que não compareceram a reuniões gerou ontem um longo debate entre os líderes da base do governo e da oposição.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), contestou a proposta de Alvaro, com a afirmação de que não cabia questionamento ao Supremo Tribunal Federal (STF), possibilidade colocada pelo senador do PSDB, no caso de não ter seu requerimento atendido. Jucá disse que o caso não tem analogia com a decisão anterior do Supremo em relação à CPI dos Bingos.

Indagado por Virgílio sobre quais seriam as condições para o governo concordar com a instalação da CPI da Petrobras, Jucá respondeu que seria a devolu-



Gerardo Magela

Alvaro Dias ameaça entrar com mandado de segurança no STF

ção da relatoria da CPI das ONGs e a retirada da CPI do Dnit. Isso feito, ele solicitaria aos líderes a indicação de presidente e relator para que a CPI da Petrobras pudesse ser instalada.

Foi quando o líder do PSDB disse que renunciava naquele momento à relatoria da CPI das ONGs e que estava autorizado por Mario Couto (PSDB-PA) – autor do requerimento de criação da CPI do Dnit – a desconsiderar o pedido de criação dessa comissão.

Virgílio propôs que a CPI da Petrobras fosse instalada imediatamente. Jucá, no entanto, disse que não podia garantir a instalação imediata porque fal-



Gerardo Magela

Mercadante afirma considerar positiva atitude da oposição em cumprir acordo

tava ainda a posição dos líderes do PT, Aloizio Mercadante (SP), e do PMDB, Renan Calheiros (AL).

Mercadante considerou positiva a atitude da oposição, com o cumprimento dos acordos, em função da CPI da Petrobras, e anunciou que a bancada do seu partido fará uma reunião hoje, quando o tema será colocado em debate.

Já Renan afirmou que o que se está discutindo é a realização de uma investigação de caráter político. Disse que irá ouvir sua bancada e aguardar a decisão que lhe será apresentada por Mercadante para decidir pela instalação ou não da CPI.

DEM anuncia fim de obstrução e cobra entendimento

O líder do DEM, José Agripino (RN), anunciou que seu partido deixaria de obstruir as votações em Plenário, buscando “dar uma satisfação à opinião pública e garantir a instalação da CPI da Petrobras”.

O senador relatou que o DEM havia realizado uma reunião com o PSDB na qual os dois partidos concordaram que Arthur Virgílio (PSDB-AM) abria mão

da relatoria da CPI das ONGs, devolvendo a atribuição a um parlamentar da base do governo. Com isso, estavam postas as condições para a imediata instalação da CPI da Petrobras.

– Nós, Democratas, levantamos uma obstrução. Agora queremos entregar a vossa excelência a tarefa de pacificar o PMDB e o PTB, ou ficar com a atribuição de indicar os novos

membros para a comissão – disse Agripino, dirigindo-se a José Sarney, presidente do Senado.

Agripino afirmou que seu partido votaria as medidas provisórias que estavam na pauta, os empréstimos e as indicações de autoridades. “Nosso dever como oposição é fiscalizar. Se não nos derem essa oportunidade, não teremos outro caminho que não seja o de radicalizar”, disse.



Almeida Lima (O) acompanhando, na CMO, leitura do relatório do deputado Wellington Roberto

Comissão pode votar hoje relatório da LDO

O relatório final ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2010 poderá ser votado hoje na Comissão Mista de Orçamento (CMO), desde que os membros da comissão cheguem a um consenso sobre alguns pontos. O texto foi lido ontem pelo relator, deputado Wellington Roberto (PR-PB).

Uma das divergências refere-se à proposta de Wellington Roberto para que a CMO promova audiências públicas a fim de embasar decisões sobre a liberação de recursos públicos destinados a obras em que o Tribunal de Contas da União (TCU) tenha identificado indícios de irregularidades graves.

— A inovação de minha proposta é que aquilo que não estava sendo executado pelo Congresso Nacional agora vai passar a ser. Acredito que, após a reunião de líderes que deve ocorrer ainda hoje [terça-feira], vamos sanar definitivamente as dificuldades e amanhã [hoje] deveremos abrir prazo para a apresentação de destaques e também discutir e votar o nosso parecer — disse o deputado.

De acordo com o relator, não deverá haver nenhum corte nas metas de superávit primário, devendo ser mantida a que foi proposta pelo Executivo: de 3,30% do produto interno bruto (PIB).

O relatório do deputado Wellington Roberto prevê ainda a divulgação pela internet das tabelas remuneratórias dos servidores públicos dos três Poderes da República e do Ministério Público da União.

Em debate, regras das eleições para o Parlasul

A definição das regras para a eleição de parlamentares do Mercosul, prevista para outubro de 2010, enfrenta uma corrida contra o tempo. Para que os brasileiros possam escolher seus representantes no parlamento regional (Parlasul), uma nova lei regulamentando o pleito deve entrar em vigor um ano antes das eleições. Mas ainda não existe consenso sobre as regras do pleito, segundo se constatou em reunião, ontem, da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Há duas propostas. A primeira — defendida principalmente pelo deputado Dr. Rosinha (PT-PR) — estabelece a eleição por meio de listas partidárias. Quanto mais votos tiver um partido ou coligação partidária, mais vagas obterá no Parlamento. A segunda proposta — sugerida pelo deputado Beto Albuquerque (PSB-RS) — prevê a elaboração de uma única lista, por todos os partidos, a ser submetida ao eleitorado, que a ratificaria ou não.

Os integrantes da representação que-rem que a proposta seja votada ainda esta semana na Câmara dos Deputados. Caso se aprove o projeto naquela Casa antes do recesso parlamentar, o Senado terá de dar o voto favorável ao texto até setembro. Dessa maneira, o projeto poderá ser sancionado um ano antes das próximas eleições.

Senado aprova preço diferenciado em compras com cartão de crédito

Projeto contempla também mudanças no programa Minha Casa, Minha Vida, reduz tributos para motocicletas e aumenta tributação sobre cigarros

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem o projeto que abriga um amplo leque de mudanças que vão do programa Minha Casa, Minha Vida até os pagamentos com cartões de crédito. O Projeto de Lei de Conversão (PLV) 12/09, encaminhado pela Câmara dos Deputados, é um texto substitutivo à Medida Provisória (MP) 460/09, mas sofreu modificações no Senado por meio de emendas apresentadas pela relatora, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

O PLV, que volta à Câmara, concede benefícios fiscais para as construtoras de imóveis do programa habitacional do governo Minha Casa, Minha Vida, reduzindo também tributos para a fabricação e importação de motocicletas e para a implementação de serviços de registros de imóveis por meio eletrônico. Em contrapartida, a MP aumenta a

tributação do cigarro, com objetivo de combater o tabagismo e compensar a renúncia fiscal dos demais programas.

Os principais acréscimos no Senado são a autorização ao comércio para cobrar preços diferenciados entre vendas à vista e no cartão de crédito e a fixação de normas para o pagamento de dívidas com a União por exportadores utilizando-se créditos tributários do chamado crédito-prêmio de IPI.

O PLV também concede à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) competência para planejar, executar e avaliar atividades relativas à tributação, arrecadação, cobrança e ao recolhimento da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública.

Outra mudança contida no PLV é a redução para zero das alíquotas do PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da

Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre operações com bens destinados a pessoas com deficiência, tais como cadeira de rodas e próteses.

O PLV estendeu os benefícios tributários destinados ao programa Minha Casa, Minha Vida às obras contratadas a partir de 31 de março de 2009. Na medida provisória, estavam incluídas somente as obras iniciadas a partir dessa data. Esse benefício é destina-

do a construções de valor comercial até R\$ 60 mil — conforme prevê a MP 459/09, que dispõe sobre o programa — e vale até 31 de dezembro de 2013.

Entre outras mudanças, o projeto autoriza a União a regularizar as áreas públicas rurais localizadas no Distrito Federal. Poderão se beneficiar os que ocupam as unidades rurais há pelo menos cinco anos, com cultura agrícola e/ou pecuária efetiva.

Acolhidas cinco indicações para Conselho do MP

Foram aprovados ontem pelo Plenário mais cinco indicados para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP): os procuradores Cláudio Barros Silva e Achiles de Jesus Siquara Filho; o promotor Sandro José Neis; a juíza Tais Schilling Ferraz e o advogado e consultor legislativo Bruno Dantas Nascimento. O mandato dos atuais conselheiros — que tem como missão controlar a atuação administrativa e financeira do Ministério Público e fiscalizar o cumprimento dos deveres funcionais de seus membros — terminou no dia 12 de junho.

O procurador Claudio Barros Silva recebeu 55 votos favoráveis e 11 contrários. Achiles de Jesus Siquara Filho teve 56 votos a favor de sua indicação e 12 contra.

Já o promotor Sandro José Neis teve seu nome aprovado por 51 senadores, enquanto 10 votaram contra e 1 se absteve. A juíza federal Tais Schilling Ferraz recebeu 54 votos “sim” e 10 “não”. A indicação do consultor legislativo do Senado Bruno Dantas Nascimento recebeu 54 votos favoráveis e 8 contrários.

Na semana passada os senadores haviam aprovado outros cinco nomes e rejeitado dois. Os senadores concordaram com as indicações do desembargador Sérgio Feltrin Corrêa, dos advogados Adilson Gurgel de Castro e Almino Afonso Fernandes e das procuradoras Sandra Lia Simon e Maria Ester Henrique Tavares. Tiveram sua indicação rejeitada o procurador Nicolao Dino de Castro, do Pará, e o promotor Diaulas Costa Ribeiro, do Distrito Federal.

A rejeição das indicações de Nicolao Dino e de Diaulas Ribeiro foi criticada naquela sessão por diversos senadores, que reivindicaram, sem sucesso, nova votação.

Aprovados nomes para o Conselho Nacional de Justiça

O Plenário aprovou ontem as indicações feitas pelos tribunais superiores, Procuradoria-Geral da República (PGR) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O mandato é de dois anos. A função do órgão é examinar denúncias contra juízes, procuradores e outros integrantes do Judiciário, entre outras atribuições. Caberá ao presidente da República fazer as nomeações.

Os nomes aprovados são os seguintes, seguidos da sigla do tribunal ou entidade que os indicaram: o ministro Ives Gandra Martins (TST); os desembargadores Leomar Barros Amorim de Souza (STJ) e Milton Augusto de Brito Nobre (STF); os juízes Paulo de Tarso Tamburini Souza (STF), Morgana de Almeida Richa (TST), Nelson Tomaz Braga (TST) e Walter Nunes da Silva Júnior (STJ); o procurador José Adonis Callou de Araújo Sá (PGR); o promotor Felipe Locke Cavalcanti (PGR); e os advogados Jorge Hélio Chaves de Oliveira e Jefferson Luis Krachychnyn, ambos pela OAB.

Indicado pelo Senado para o CNJ, o nome do advogado Marcelo da Costa Pinto Neves já havia sido aprovado pelo Plenário em 17 de junho.

Defensor

O Senado aprovou também mensagem do presidente da República indicando José Rômulo Plácido Sales para o cargo de defensor público-geral da União, para um mandato de dois anos, em substituição a Eduardo Flores Vieira. Compete à defensoria a assistência jurídica gratuita a pessoas carentes.



Senadores lotam o Plenário do Senado em sessão que marcou a retomada das votações

Dois novos titulares para embaixadas

O Plenário acolheu ontem a indicação, pelo presidente da República, de dois diplomatas para exercerem o cargo de embaixador do Brasil no exterior.

O diplomata Ricardo Luiz Viana de Carvalho, que foi aprovado com 56 votos favoráveis e 9 contrários, será o primeiro representante brasileiro em Bangladesh,

pois o Brasil abriu recentemente a embaixada naquele país.

Já o diplomata Alfredo Cesar Martinho Leoni recebeu 50 votos favoráveis e 5 contrários. Ele vai assumir o cargo de embaixador do Brasil no Paquistão e, cumulativamente, junto ao Tadjiquistão e ao Afeganistão.



Reunida sob a presidência de José Sarney, Mesa diretora decide ampliar a publicidade dos atos administrativos da Casa e fixar normas para boletim de pessoal

Mesa deve regulamentar os escritórios nos estados

Heráclito explica que não há regulamentação sobre funcionamento dos escritórios de parlamentares em seus estados. Senador também anuncia que instaurou processo administrativo disciplinar contra Agaciel e Zoghbi

A MESA DO Senado estuda a regulamentação do funcionamento dos escritórios dos parlamentares nos estados de origem, anunciou ontem em entrevista coletiva o 1º secretário da Casa, Heráclito Fortes (DEM-PI), após reunião do colegiado. Ele também anunciou outras medidas administrativas.

Heráclito explicou que hoje não há nenhuma regulamentação sobre o funcionamento dos escritórios dos senadores nos estados. Os parlamentares pagam as despesas desses escritórios com a verba indenizatória, mas não há números nem critérios para a transferência de servidores para os estados.

A Mesa decidiu ainda anular um dos chamados atos secretos que elevou a função comissionada de cerca de 40 servidores. Os

beneficiados são chefes de gabinete de secretarias que teriam tido, em 2006, aumento de função comissionada de FC-7 para FC-8. De acordo com o diretor-geral, Haroldo Tajra, caso algum desses funcionários tenha recebido os valores irregulares, terá que devolver os recursos.

Heráclito informou que a Mesa também decidiu reduzir o auxílio-alimentação dos terceirizados — que havia sido reajustado para R\$ 20 — para valores ainda não definidos. Foi aprovada ainda a ampliação da publicidade dos atos administrativos do Senado, a regulamentação do Boletim Administrativo de Pessoal Eletrônico e a regulamentação do Portal da Transparência.

Por fim, a Mesa regulamentou a nomea-

ção do Conselho de Administração do Sistema Integrado de Saúde do Senado Federal (SIS) — o sistema de saúde dos funcionários e senadores. E determinou a realização de auditoria externa nas contas do SIS.

Agaciel e Zoghbi

Heráclito Fortes disse na entrevista que instaurou processo administrativo disciplinar contra os servidores Agaciel Maia, ex-diretor-geral do Senado, e João Carlos Zoghbi, ex-diretor de Recursos Humanos do Senado, apontados pela comissão de sindicância como responsáveis pela não publicação de atos do Senado, o que implicaria improbidade administrativa e prevaricação.

Senado apura responsáveis por não publicação de atos

O 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes, autorizou ontem a instauração de processo administrativo disciplinar para apurar as responsabilidades do ex-diretor-geral do Senado Agaciel Maia, do ex-diretor de Recursos Humanos João Carlos Zoghbi e de outros cinco servidores pela não publicação de mais de 600 atos da Mesa nos últimos 14 anos. As punições possíveis em processos disciplinares vão desde a advertência até a demissão ou cassação de aposentadoria.

A abertura do processo é resultado do trabalho de comissão de sindicância que investigou o caso e encontrou indícios de prevaricação e improbidade administrativa contra Agaciel e Zoghbi.

No caso dos outros cinco servidores — Franklin Paes Landim, Celso Menezes, Ana Lúcia Gomes, Jarbas Mamede e Washington Reis —, a comissão recomenda instauração de processo por descumprimento do dever, previsto em lei, de não cumprir ordens superiores quando essas forem ilegais.

Virgílio pede investigação de “dependência secreta”

Arthur Virgílio (PSDB-AM) listou em Plenário os requerimentos que apresentou nos últimos dias. Em um dos mais recentes, ele pede que a Mesa investigue a denúncia de que Agaciel Maia, ex-diretor-geral, construiu uma dependência secreta no Senado para uso pessoal.

O senador também solicitou as atas dos depoimentos que Agaciel e João Carlos Zoghbi, ex-diretor de Recursos Humanos, prestaram à comissão de sindicância do Senado que investiga irregularidades. Virgílio acrescentou que pediu também a quebra do sigilo bancário de Agaciel, as informações sobre supostas nomeações ilegais que teriam sido feitas pela direção da Gráfica do Senado e as diversas listas.

Virgílio criticou o presidente do Senado, José Sarney, pelo “incômodo que provoca ao permanecer no cargo devido ao apoio do presidente da República e ao apoio constrangido do PT”. Isso causa, observou, um “sentimento de rebaixamento de autonomia” do Senado perante o Executivo.

Casagrande apoia auditoria em contas

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) apoiou o presidente do Senado, José Sarney, por ter solicitado uma auditoria do Tribunal de Contas da União nas contas bancárias em que são depositados os descontos dos servidores e as contribuições para o custeio do plano de saúde também dos servidores. O jornal *Folha de S. Paulo* denunciou que as contas seriam secretas e não são submetidas ao controle financeiro da União. A Diretoria-Geral do Senado contestou que elas sejam secretas, mas confirmou que não são submetidas ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). Sarney comunicou ao Plenário, respondendo a Casagrande, que as contas serão unificadas e sua movimentação constará do Siafi.



Casagrande



Jorge Luis Carvalho (ANS), Érika Pisaneschi (Ministério da Saúde), Papaléo Paes, Joselito Pedrosa (Anvisa), Solange Palheiro e Valdmário Rodrigues (Unimed)

Padronizar nomenclatura é essencial para regulamentar comércio de órteses e próteses

A padronização da nomenclatura de equipamentos ortopédicos (órteses) e próteses permitirá regulamentar sua comercialização e facilitar a criação de uma política de preços e de redução das distorções do mercado, afirmou ontem Solange Beatriz Palheiros, diretora-executiva da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde), em audiência pública sobre o assunto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Além de explicar as dificuldades de com-

paração de preços diante da diversidade de nomes para produtos similares, Solange defendeu a realização de “estudos e avaliações econômicas consistentes” sobre órteses e próteses, bem como a verificação da causa da ausência de registro de determinados materiais em seu país de origem e a determinação de obrigatoriedade de especificação, pelo fabricante, sobre possível reutilização de equipamentos, entre outras exigências.



Guerrilheiro morto no Araguaia lutou pelo país, diz Inácio Arruda

Inácio registra reconhecimento de DNA de Bergson Gurjão

A ossada de Bergson Gurjão Farias, guerrilheiro morto no Araguaia na década de 1970, foi identificada por exame de DNA, registrou Inácio Arruda (PCdoB-CE). O reconhecimento foi anunciado ontem pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

Segundo o senador, esse é um anúncio “cheio de significados para a democracia”. A família de Bergson “trabalhou muito pelo reconhecimento do DNA”. — Bergson, estudante da Universidade Federal do Ceará, lutava pelo bem do país. O movimento guerrilheiro a que ele pertencia se opunha à ditadura militar — explicou Inácio.

Comissão de Educação aprova projeto que autoriza universidades federais a criar centros para desenvolver novos métodos e ferramentas para o ensino básico público

Proposta estimula pesquisa em tecnologia de educação

AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS de educação superior poderão, isoladamente ou em ação conjunta, criar centros de pesquisa e de desenvolvimento da educação. A autorização consta de projeto do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que foi aprovado ontem em caráter terminativo pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

De acordo com a proposta (PLS 256/08), os centros terão como objetivo desenvolver pesquisas sobre métodos avaliativos e tecnologias educacionais especialmente destinadas às escolas públicas de educação básica. O relator do projeto na CE, senador Eduardo Azevedo (PSDB-MG), optou por recomendar texto alternativo já aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que não obriga, mas autoriza, a criação dos centros de pesquisa.

Em defesa de seu projeto, Cristovam observou que os métodos de ensino e aprendizagem estão evoluindo de maneira rápida em áreas como pedagogia e neurobiologia.

– Temos uma imensa quanti-



Flávio Arns preside reunião da CE: ajuda às prefeituras para transporte escolar

dade de centros de pesquisa em diversas áreas, mas na educação contamos apenas com os cursos de Pedagogia. Precisamos estabelecer centros multidisciplinares que nos ajudem a descobrir como se aprende melhor – disse Cristovam.

Durante o debate, o senador João Pedro (PT-AM) defendeu a proposta, mas pediu que também sejam estabelecidos centros de pesquisa referentes a cultura.

Igualmente em decisão terminativa, foi aprovado o projeto (PLC 34/09) que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) com a finalidade de incluir as “cooperativas educacionais” entre as instituições comuni-

tárias de ensino. A expressão foi considerada pelo relator, senador Sérgio Zambiasi (PTBR), mais abrangente do que a atualmente contemplada pela lei: “cooperativas de pais, professores e alunos”.

Também foi aprovado projeto (PLC 47/08) que destina às prefeituras, para uso escolar, veículos para transporte coletivo de pessoas que tenham sido objeto de pena de perdimento.

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) foi eleita, por unanimidade, vice-presidente da CE. Ao agradecer os 21 votos dos parlamentares presentes, ela elogiou o trabalho da comissão em favor da educação, da cultura e do esporte.

Papaléo defende ampliação do ensino técnico no país

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) defendeu ontem o fortalecimento e a ampliação do ensino técnico no Brasil. Em sua opinião, o setor deveria merecer um olhar mais atento por parte das autoridades educacionais, pois a recente promulgação da Lei 11.892/08 – que trata da criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – ainda é um passo pequeno, embora na direção certa.

Segundo Papaléo, o ensino técnico precisa ser reorganizado e ter redefinida a sua função. Ele observou que está em jogo a criação de 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia, hoje ainda reconhecidos como centros federais, escolas técnicas e escolas agrotécnicas.

– O desafio é combinar a educação de jovens e adultos com a profissionalização em setores de ponta – afirmou.



Papaléo pede mais atenção dos governos

Comissão aprova criação do Dia da Mulher Negra

A situação da mulher negra brasileira deverá ser debatida a cada dia 25 de julho, quando passaria a ser celebrado o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, segundo o projeto (PLS 23/09) da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Educação.

Em 25 de julho, assinalou o relator, Paulo Paim (PT-RS), já se celebra o Dia Internacional de Luta da Mulher Negra da América Latina e do Caribe. O símbolo dessa luta no Brasil, explicou, é Tereza de Benguela, líder quilombola do século 18, que resistiu por mais de 20 anos à escravidão à frente do Quilombo do Quariterê (MT).

Outros três projetos de senadores, aprovados pela CE, criam datas nacionais: Gilberto Goellner (DEM-MT) propõe o Dia do Distribuidor de Insumo Agrícola e Veterinário; Valter Pereira (PMDB-MS) quer instituir o Dia da Comunidade Libanesa no Brasil; Cristovam Buarque sugere o Dia do Piso Salarial dos Professores. A comissão aprovou ainda dez projetos que autorizam a criação de instituições de ensino em diversas partes do país.

Fortalecimento da extensão rural poderá desenvolver o campo

A agricultura familiar necessita de assistência técnica e de uma extensão rural eficiente para que tenha condições de acompanhar as novas tecnologias de produção que surgem a cada momento, afirmou Valter Pereira (PMDB-MS), presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em audiência que discutiu políticas públicas para o desenvolvimento rural, com ênfase no papel da assistência técnica.

Para o senador, “a reforma agrária também necessita da extensão rural, como forma de se desgarrar do lado ideológico e ingressar no negócio”. Entende-se por extensão rural o processo de levar ao homem do campo conhecimentos e habilidades sobre práticas agropecuárias, florestais e domésticas, visando melhorar sua qualidade de vida.

Durante os debates, o presi-

dente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer), José da Silva Soares, propôs a criação, pelo governo federal, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Extensão Rural. Serys Slhessarenko (PT-MT), autora do requerimento da audiência, apoiou a proposta. Segundo a senadora, é necessário dobrar a assistência técnica na área agrícola.

José Roldão, da Agência de Desenvolvimento Agrário de Mato Grosso do Sul, também defendeu o PAC Rural, que incluiria a criação de um órgão centralizador de todas as políticas públicas de extensão. Já Gilberto Goellner (DEM-MT) disse apoiar todas as ações que venham fortalecer o sistema de extensão rural brasileiro, especialmente as iniciativas direcionadas ao pequeno agricultor.



Serys, Valter Pereira, José Silva Soares e Hur Bem Correia (D) em audiência na CRA

Serviço foi implantado no Brasil há mais de 50 anos

Iniciado no Brasil em 1948, o serviço de assistência técnica e extensão rural (Ater) foi implantado segundo modelo norte-americano: privado, em parceria com entidades públicas. Em 1975, o serviço passou a ser estatal, coordenado pela Empresa Brasileira de Extensão Rural (Embrater) e executado por empresas estaduais – as Emateres.

A extensão rural sofreu processo de desmonte nos anos 1990, quando o governo federal fechou a Embrater e desativou o sistema nacional de Ater. As Emateres enfrentavam dificuldades para manter seus serviços, e surgiram outras formas de oferta de extensão rural, proporcionadas por ONGs, movimentos sociais rurais e organizações de agricultores. A retomada dos serviços

ocorreu a partir de 2003, com a aprovação da Política Nacional de Ater, coordenada pela Secretaria da Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Durante debate realizado ontem na CRA, Hur Ben Correia, do Departamento Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, destacou as medidas estruturantes colocadas em prática pelo governo federal nesses últimos seis anos, incluindo a alocação de mais recursos para a agricultura familiar.

Ronaldo de Lima Ramos, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), defendeu que a extensão rural chegue a todos os agricultores familiares, já que milhões deles encontram-se endividados e sem assistência técnica.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marconi Perillo • Geraldo Mesquita Júnior • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Proposta aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos beneficia, além de pacientes com diabetes melito, aposentados com fibrose cística

Moradia popular enfrenta alto preço dos terrenos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) discutiu ontem, em audiência pública, formas de baratear o preço dos terrenos destinados à construção de casas populares. Segundo participantes da reunião, esse é um dos principais desafios enfrentados hoje pelo programa Minha Casa, Minha Vida, que objetiva a construção de 1 milhão de moradias para famílias com renda de até dez salários mínimos.

O vice-presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), José Carlos Martins, também apontou como entrave o peso dos tributos, que representam um terço do preço final das habitações de interesse social.

A secretária nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Inês Magalhães, assinalou que seria importante a aprovação da nova Lei de Parcelamento do Solo, que tramita no Congresso Nacional há quase nove anos. A superintendente nacional de Habitação da Caixa Econômica Federal, Bernadete Pinheiro, observou que a instituição encurtou o prazo de seus procedimentos: de 11 meses para 30 ou 45 dias.

Valadares defende propostas na área de habitação

“Em vez de retrair seus investimentos após o impacto da crise financeira mundial, o Brasil preferiu dar um exemplo edificante à comunidade internacional ao decidir criar o programa Minha Casa, Minha Vida, com aporte de recursos públicos estimado em R\$ 34 bilhões”, avaliou Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

O senador, juntamente com Aloizio Mercadante (PT-SP), propôs a audiência pública sobre a política habitacional do país realizada ontem na CAE.

Valadares ainda considerou a importância de o Legislativo aprovar projetos para a área de habitação, como o Projeto de Lei do Senado 77/08, de autoria de Gilberto Goellner (DEM-MT), que concede incentivo fiscal ao empregador para construção de moradia destinada ao empregado.

Após ter sido aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde foi relatada por Valadares, a proposta de Goellner aguarda votação em decisão terminativa na CAE.



Garibaldi Alves (D), ao lado de Tião Viana, preside reunião da CAE, que também debateu programa Minha Casa, Minha Vida

Isenção de Imposto de Renda para aposentado diabético

PESSOAS DIABÉTICAS OU com fibrose cística podem ficar isentas de pagar Imposto de Renda sobre ganhos de aposentadoria ou da reforma, no caso dos militares. É o que estabelece projeto (PLS 390/08) do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O texto agora deve ser encaminhado à Câmara dos Deputados – já que foi aprovado pela CAE em caráter terminativo –, a menos que haja recurso para a votação em Plenário. O relatório, com recomendação pela aprovação, foi preparado pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Como argumenta Renan Calheiros, o objetivo da inclusão do diabetes melito e da fibrose cística entre as doenças que geram isenção do Imposto de Renda para seus portadores é possibilitar que eles disponham de mais recursos para o tratamento. O senador ressalta que a isenção tem pequeno impacto nos cofres públicos, pois se limita a ganhos da aposentadoria e da reforma, normalmente de valores reduzidos.

Em relação ao diabetes melito (tipo 2), Renan observa que a doença pode causar danos em vários órgãos, a longo prazo, se não for tratada de maneira adequada. No Brasil, informa,

atinge cerca de 8% da população, o correspondente a aproximadamente 15 milhões de pessoas.

Já a fibrose cística (ou mucoviscidose) é uma doença genética que compromete o funcionamento das chamadas glândulas exócrinas, responsáveis pela produção de substâncias como muco, suor ou enzimas pancreáticas. Essas substâncias ficam mais espessas e de difícil eliminação. A secreção mais viscosa do pâncreas impede que as enzimas digestivas sejam lançadas no intestino. Assim, o paciente tem má absorção de nutrientes e não ganha peso, mesmo quando se alimenta bem.

Fim de cobrança sobre bolsa concedida a trabalhador

Bolsas de estudo concedidas pelas escolas privadas a seus trabalhadores ou a seus dependentes legais podem ficar isentas da cobrança do Imposto de Renda e da contribuição previdenciária. Projeto com essa finalidade, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A isenção prevista valerá para os contribuintes que recebem a bolsa (hoje tributados, já que a Receita Federal considera o benefício como salário indireto) e para os estabelecimentos de ensino, que são obrigados, pela mesma razão, a recolher a contribuição previdenciária sobre a ajuda concedida.

O texto inicial do projeto (PLS 52/08) só previa isenção para as bolsas concedidas a filhos ou enteados de professor, mas recebeu emenda que amplia a abrangência do benefício. Desse modo, a aprovação definitiva da matéria poderá isentar de tributos as bolsas atribuídas a todos os trabalhadores do estabelecimento de ensino e a dependentes legais, desde que a concessão seja aprovada em convenção ou acordo coletivo de trabalho.

Como o projeto foi aprovado em decisão terminativa, seguirá agora para exame na Câmara. Na CAE, o relator foi César Borges (PR-BA).

Acatado empréstimo externo para Caxias do Sul

Autorização para operação de crédito externo, no valor de US\$ 28,8 milhões, entre Caxias do Sul (RS) e a Confederação Andina de Fomento (CAF) foi aprovada pela CAE. Com garantia da União, o empréstimo financiará programa de desenvolvimento da infraestrutura e de serviços no município – o segundo maior polo metal-mecânico do país. A mensagem (MSF 101/09) será agora encaminhada ao Plenário. A comissão também aprovou pedido de Sérgio Zambiasi (PTB-RS) para exame com urgência.

O presidente da CAE, Garibaldi Alves (PMDB-RN), comunicou que cuidará pessoalmente da articulação de audiência conjunta para debater o PLS 174/09, que trata da criação do Serviço Social do Turismo (Sestur) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo (Senatur). A intenção é marcar o debate para até 10 de agosto, com participação das comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Assuntos Sociais (CAS), onde a proposta receberá decisão terminativa. Há requerimento de Adelmir Santana (DEM-DF) para que o texto também passe pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Renan comemora aprovação do projeto pela CAE

Em discurso em Plenário, o senador Renan Calheiros, autor da proposta de isenção de Imposto de Renda para aposentados com diabetes melito ou fibrose cística, ressaltou que a medida representa um justo “alívio financeiro” para que os diabéticos “tenham condições de comprar remédios e fazer um tratamento mais eficiente da doença, que – nunca é demais repetir – pode ser tratada”.

Ressaltando “a enorme sensibilidade” do relator na CAE, Marcelo Crivella, Renan acrescentou que o diabetes limita a força produtiva dos doentes ao mesmo tempo em que faz aumentarem os gastos pessoais e familiares. Informou também que essa é uma das doenças de maior prevalência no mundo – com tendência a agravar-se com o avançar da idade – e causa no país 20 mil a 25 mil óbitos por ano.

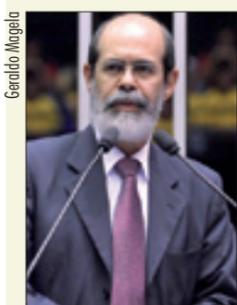
Segundo Renan, a isenção do imposto é uma antiga reivindicação de entidades e organizações não governamentais ligadas à defesa dos pacientes de diabetes. Ele destacou que a legislação vigente já isenta de tributação algumas doenças que são complicações comuns do diabetes, como a nefropatia e a cardiopatia graves, além da cegueira e de derrames.

O senador afirmou que vai procurar o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e os líderes partidários daquela Casa para solicitar uma rápida tramitação da proposta. Renan recordou ter apresentado ainda outros dois projetos de lei que visam melhorar a situação dos portadores do diabetes, para permitir o saque dos saldos das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e estabelecer um programa de educação especial para diabéticos, obrigando o Sistema Único de Saúde (SUS) a realizar campanhas sobre a doença em todo o país.



Segundo Renan, projeto garante justo “alívio financeiro” para pacientes

Mesquita Júnior quer plebiscito sobre novo fuso



Mesquita Júnior

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) defendeu ontem projeto de decreto legislativo (PDS 563/09) de sua autoria que convoca um plebiscito para que a população dos estados da Amazônia Legal atendida pela mudança de fuso horário determinada pela Lei 11.662/08 decida se quer continuar assim ou se prefere retornar ao fuso antigo. O plebiscito seria feito junto com as eleições de 2010.

Mesquita Júnior disse que os habitantes da Amazônia estão sendo tratados como cidadãos de segunda e terceira categorias ao serem submetidos aos “caprichos dos horários do Brasil Central” para atender aos interesses das redes de televisão.

“Sul-mato-grossense deve opinar sobre horário”



Valter Pereira

O projeto que objetiva implantar no Brasil apenas um fuso horário, seguindo a hora oficial de Brasília, foi questionado por Valter Pereira (PMDB-MS). O senador ponderou que a proposta (PLS 486/08) de Arthur Virgílio (PSDB-AM), se aprovada, afetará a vida das pessoas e, por isso, só elas podem dizer se aceitam ou não a mudança.

Valter Pereira lembrou que apresentou projeto (PDS 55/08) estabelecendo que os sul-mato-grossenses só mudarão de fuso se aprovarem a medida em plebiscito. Ele recordou que a população do Acre foi obrigada a aceitar, no ano passado, mudança de fuso com a redução de uma hora, mas tem manifestado desconforto com a decisão.



À Mesa da sessão solene, Marconi, Gilmar, Temer, Sarney, Fernando Henrique, Aécio, Yeda e Aníbal. Na foto menor, Virgílio

Congresso comemora os 15 anos do Plano Real

Senadores e convidados ressaltam, em sessão solene, importância do programa para a sociedade brasileira e para a estabilidade econômica e o desenvolvimento do país

A IMPORTÂNCIA DO Plano Real para a estabilidade econômica do país e para a sociedade brasileira foi destacada ontem por parlamentares e convidados durante sessão solene do Congresso Nacional pelos 15 anos de implantação desse programa. Comandada pelo presidente do Senado, José Sarney, a sessão contou com a presença do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer; do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes; e do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Sarney disse que o Plano Real é hoje uma iniciativa inteiramente incorporada à vida cotidiana dos brasileiros, que não conhecem mais os sustos da hiperinflação. O senador prestou homenagem ao ex-presidente Itamar Franco, em cujo governo foi adotado o Plano Real, e a Fernando

Henrique, que, observou, soube incorporar o plano à vida do país, permitindo um novo estágio do processo econômico.

Reformas

Autor do requerimento para a comemoração, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), ressaltou que as reformas estruturantes necessárias para modernizar o país encontram hoje as condições favoráveis que foram plantadas pelo Plano Real.

O Brasil, frisou ele, era um e hoje é outro. O país, na avaliação de Virgílio, tem condições de enfrentar a crise econômica mundial e isso se deve a acertos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, mas não seria possível sem a base que foi construída durante os governos Fernando Henrique e Itamar Franco.

O senador homenageou os

economistas criadores do Plano Real e, em especial, o ex-presidente Itamar Franco, que, como lembrou, entregou ao seu ministro da Fazenda, Fernando Henrique, a condução do plano.

Por sua vez, Fernando Henrique salientou que o Plano Real é fruto da democracia, porque foi um processo de envolvimento de toda a sociedade e de discussão com o Congresso.

Mas, para Fernando Henrique, o real não foi suficiente para mudar o país. Por isso, o ex-presidente disse ser preciso a criação de um clima propício para eliminar as mazelas sociais e levar adiante as transformações necessárias.

Negociação

O deputado José Aníbal (PSDB-SP), também signatário do requerimento, afirmou que o

plano teve muitas qualidades distintas de outros, mas a principal é que ele veio para o Parlamento, onde foi negociado.

Já Rubens Ricupero disse que esse programa representa para a Nova República algo semelhante ao saneamento financeiro realizado pelos governos de Campos Sales e de Rodrigues Alves, na Primeira República.

A governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, afirmou que o seu estado tem hoje equilíbrio financeiro e fiscal graças aos pilares plantados com o Plano Real. Para o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, a iniciativa foi o ato necessário e um marco efetivo e fundamental do Brasil moderno.

Também compareceram à sessão solene os economistas responsáveis pela elaboração do Plano Real Edmar Bacha, Gustavo Franco e Winston Fritsch.

“A maior reforma de Estado da história do Brasil”

Durante a sessão solene que comemorou os 15 anos do Plano Real, os senadores ressaltaram a importância da estabilização da moeda para o desenvolvimento do país. O líder do PT no Senado, Aloizio Mercadante (SP), disse que a estabilidade econômica é resultado de um processo iniciado no governo de Fernando Henrique e mantido pela gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo Mercadante, a oposição desconsidera o papel importante do governo Lula na continuidade do desenvolvimento econômico do país.

O líder do DEM na Casa, José Agripino (RN), disse também que as pessoas não se dão conta do que significou o Plano Real para a sociedade brasileira. O senador observou que, no início da década de 90, a inflação estava em torno de 10% ao mês.

Pela liderança do PSDB, Sérgio Guerra (PE) afirmou ser impossível separar o passado, o presente e o futuro de seu partido do Plano Real e do presidente Fernando Henrique. Se, no primeiro momento houve dúvidas quanto à capacidade de o plano desempenhar seu papel, não se conhece ninguém hoje que as

sustente mais, observou.

O senador Neuto de Conto (PMDB-SC) – relator da Medida Provisória 482/04, que resultou na Lei 8.880/04 (que dispôs sobre a criação da Unidade Real de Valor – a URV) – recordou o período de alta inflação da época anterior e frisou que essa constatação foi importante para que ele defendesse não apenas a MP, como o plano.

Para Marco Maciel (DEM-PE), o mérito da equipe que instituiu a nova moeda foi solucionar o problema da alta inflação. Lembrou que a economia instável gerava concentração de renda e inibição do desenvolvimento.

Antonio Carlos Júnior (BA) destacou o apoio do PFL (hoje DEM) a todas as iniciativas que levaram à adoção do Plano Real, e prestou homenagem especial a Marco Maciel, que era vice-presidente do governo de FHC.

O líder do PP, Francisco Dornelles (RJ), frisou que o real foi a “mais profunda reforma de Estado da história do Brasil”. Citou a

Lei de Responsabilidade Fiscal, o controle da inflação, as mudanças na política de comunicações e a privatização de bancos estatais como medidas que contribuíram para que o país enfrente com tranquilidade a crise financeira mundial.

Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou o diálogo construtivo entre os participantes da sessão solene e voltou a afirmar que os ex-

Maciel diz que economia instável gerava concentração de renda e inibia desenvolvimento

presidentes da República deveriam comparecer com mais frequência ao Senado para trazer suas reflexões e contribuições sobre os problemas por que passa o país.

Ao encerrar a sessão, o vice-presidente da Casa, senador Marconi Perillo (PSDB-GO), salientou que, com a implantação do plano, pela primeira vez um presidente da República tratou a economia brasileira como uma questão de Estado. Advertiu que, com a economia estabilizada, o futuro presidente terá de enfrentar outros desafios, como fazer as reformas tributária e política.

JUSTIÇA

Morte de sem terra deve ser apurada, diz Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) cobrou ontem providências das autoridades para o esclarecimento do assassinato de trabalhadores rurais sem terra do assentamento Chico Mendes, localizado na Fazenda Garrote, em Brejo da Madre de Deus, Pernambuco. Os trabalhadores foram mortos por dois homens que chegaram ao local em uma moto, na noite de segunda-feira.

– Faço um apelo ao governador de Pernambuco, ao ministro do Desenvolvimento Agrário e ao presidente do Incra para que possam, o quanto antes, tomar providências no sentido de que a violência que ocorre no interior de Pernambuco possa ser resolvida não na base de tiros que venham a causar a morte de trabalhadores – disse.

PEDÁGIO



Projeto exige divulgação de ganho e investimento

Osmar Dias (PDT-PR) informou que deveria constar da pauta da ordem do dia a redação final de projeto de sua autoria que estabelece a publicação, trimestralmente, de balanços de ganhos e investimentos pelas concessionárias de serviços públicos.

O senador ressaltou que sua proposta (PLS 23/00) visa, especialmente, às concessionárias de rodovias, que ficarão obrigadas a divulgar os valores arrecadados nas praças de pedágios e quanto está sendo investido em cada trecho das rodovias de que são concessionárias. Osmar acredita que o projeto contribuirá para a redução das tarifas de pedágio.

HOMENAGEM

Mozarildo celebra os 119 anos de Boa Vista

A cidade de Boa Vista, capital de Roraima, que completa amanhã 119 anos de fundação, foi homenageada por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Ao destacar as peculiaridades de Boa Vista, o senador lembrou que essa é a única capital brasileira localizada acima da linha do Equador e que seu planejamento foi inspirado no “famoso plano urbanístico da cidade de Paris, em torno da Place de l’Étoile”.

– Situada em região de campos abertos, às margens do Rio Branco, Boa Vista tem largas avenidas e exuberante arborização, que a tornam uma das melhores cidades brasileiras para se viver – declarou.

Segundo Mozarildo, metade da população de Roraima vive na capital.

FHC destaca importância de privatizações

O ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso avaliou na manhã de ontem, em entrevista à TV Senado, erros e acertos do seu governo. Citou a importância das privatizações e criticou a atual “partidarização das agências reguladoras”. A entrevista, feita pelo jornalista Armando Rollemberg, foi exibida à noite, no programa *Cidadania*, e será reapresentada hoje, às 7h.

Fernando Henrique disse orgulhar-se de ter implantado em seu governo algumas medidas, como a prorrogação das dívidas dos estados e as privatizações. Ele acrescentou que, se as empresas estatais não tivessem sido vendidas, os brasileiros não teriam acesso a computadores e à internet, porque o Estado não teria recursos para investir no setor. Também ressaltou como positiva a venda da Companhia Vale do Rio Doce.